PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

SADO E MIRA (RH6)

Participação Pública | Avaliação dos resultados

Agosto | 2023

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO 1

1.1. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL 2
1.2. OBJETIVOS 4

2. ANTECEDENTES – 1ª E 2ª FASES 5

2.1. CALENDÁRIO E PROGRAMA DE TRABALHOS 6
2.2. QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA 6

3. VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE 8

3.1. METODOLOGIA 9
3.2. DIVULGAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO 10
3.3. SESSÕES DE ESCLARECIMENTO E CONSULTA REALIZADAS 16
3.3.1. SESSÃO REGIONAL 16
3.3.2. SESSÃO COM OS SETORES 18
3.4. ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO 21
3.5. CONTRIBUTOS RECEBIDOS E ANÁLISE 22

4. BALANÇO GERAL 25

ANEXOS 27

ANEXO I - Ficha de inscrição na(s) sessão(ões) de participação pública 28
ANEXO II - Presenças na sessão pública regional 30
ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores 31
ANEXO IV - Fichas de avaliação da(a) sessão(ões) de participação pública 35
ANEXO V - Notas da sessão pública e da sessão setorial 38
ANEXO VI - Fichas de Contributos 48
ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo 49

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA 2
Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA 3
Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos 6
Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública. 9
Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH 11
Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH 12
Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no *site* da APA e no Portal Participa 13
Figura 3.5 – Programa da sessão pública da versão provisória do PGRH do Sado e Mira 16
Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores 18
Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais 19
Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais 20

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA 7
Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos. 9
Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões 14
Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional 14
Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada 15
Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional 17
Quadro 3.6 – Forma de participação na sessão regional 22
Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada 22
Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por e-mail e no portal participa 23
Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública 26

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Quadro legal e institucional

A participação ativa das partes interessadas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH é um dos pontos-chave para a DQA – Diretiva Quadro da Água (artigo 14.º) e para a Lei da Água (artigos 26.º, 84.º e 85.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual) enquanto motor para o sucesso da prossecução dos seus objetivos, na medida em que contribui para:

- Processos de tomada de decisão mais sustentados;
- Maior entendimento dos problemas ambientais e das contribuições dos vários setores para serem atingidos os objetivos ambientais;
- Diminuição de eventuais conflitos sobre os usos da água, por desconhecimento ou falta de informação;
- Envolvimento dos utilizadores e *stakeholders* na implementação das medidas.

No entanto, a DQA/LA exigem mais do que a disponibilização de informação e a consulta pública. Exigem que seja encorajado o envolvimento ativo dos *stakeholders* em todos os aspetos de implementação destes diplomas. A participação ativa e consciente de todos os interessados deve contribuir de forma decisiva para a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos sendo que, para que sejam alcançados, o processo de participação pública deve basear-se em três pontos principais:

- Na informação, assegurando a transmissão e divulgação dos factos;
- Na consulta, através da auscultação dos interessados;
- No envolvimento ativo dos interessados, na decisão.

A participação e a informação em matéria de ambiente são ainda condições inerentes à promoção do direito ao ambiente e como tal reconhecidas pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a Convenção de Aarhus.

A Figura 1.1 sintetiza os principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.

Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA

No que respeita ao enquadramento institucional, nos termos do artigo 84.º da Lei da Água, compete ao Estado, através da autoridade nacional da água (Agência Portuguesa do Ambiente, IP - APA), promover a participação ativa das pessoas singulares e coletivas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH, bem como assegurar a divulgação da informação ao público em geral e em especial aos utilizadores dos recursos hídricos, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação aplicável.

Por seu lado, o artigo 26.º da Lei da Água determina que, na elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planeamento das águas seja garantida:

a) A intervenção dos vários departamentos ministeriais que tutelam as atividades interessadas no uso dos recursos hídricos e dos organismos públicos a que esteja afeta a administração das áreas envolvidas;

b) A participação dos interessados através do processo de discussão pública e da representação dos utilizadores nos órgãos consultivos da gestão das águas;

c) A publicação prévia, nomeadamente no sítio eletrónico da autoridade nacional da água, de toda a informação relevante nos termos do artigo 85.º, na qual se enquadra o procedimento de participação pública.

Em cada ciclo de planeamento ocorrem três fases de participação pública em que os interessados são convidados a participar e a apresentar os seus comentários durante um período de seis meses (Figura 1.2):

a) 1.ª Fase - O calendário e o programa de trabalhos para a elaboração de cada PGRH, incluindo as medidas de consulta a adotar, com a antecedência mínima de três anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;

b) 2.ª Fase - A síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água (QSiGA) que tenham sido identificadas na região hidrográfica, com a antecedência mínima de dois anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;

c) 3.ª Fase - O projeto do PGRH, com a antecedência mínima de um ano em relação ao início do período a que se refere o PGRH.

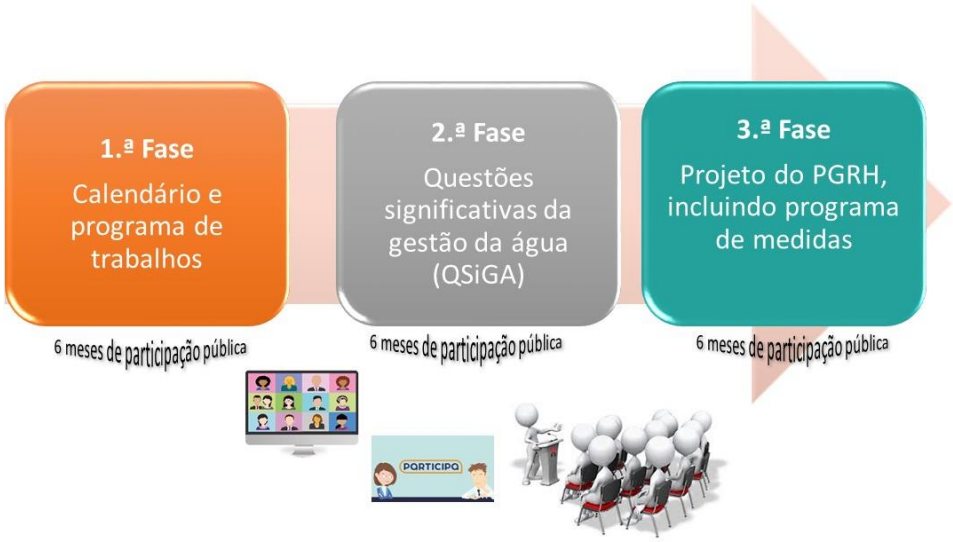


Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA

1.2. Objetivos

O presente documento tem como objetivos apresentar os resultados dos procedimentos de participação pública empreendidos no âmbito 3º ciclo de planeamento, consubstanciado pela revisão e atualização do PGRH do Sado e Mira para o período 2022-2027, nos termos do preconizado pela Diretiva Quadro da Água/Lei da Água.

Este relatório de avaliação descreve os procedimentos de participação pública desenvolvidos no âmbito do processo de revisão e atualização do PGRH do anterior ciclo de planeamento, incluindo resumidamente os seguintes aspetos:

a) Metodologias utilizadas;

b) Formas de divulgação e disponibilização da informação;

c) A avaliação das sessões públicas e das sessões setoriais realizadas;

d) Os contributos recebidos e respetiva análise;

e) A avaliação global, incluindo os aspetos positivos e negativos como forma de melhorar os procedimentos futuros

A informação integrada neste documento dá maior destaque ao procedimento relativo à versão provisória do PGRH (3.ª Fase) uma vez que para as fases anteriores relativas ao Calendário e Programa de Trabalhos (1ª Fase) e à identificação QSiGA, foram elaborados os respetivos relatórios de avaliação de resultados, disponíveis no *site* da APA.

2. ANTECEDENTES – 1ª e 2ª FASES

2.1. Calendário e Programa de Trabalhos

O procedimento de participação pública do Calendário e Programa de Trabalhos definidos para a elaboração do PGRH relativo ao 3.º ciclo de planeamento, decorreu entre 22 de dezembro de 2018 e 22 de junho de 2019, tal como estabelecido no artigo 14.º da DQA e no artigo 85.º da LA. As etapas de elaboração do calendário e programa de trabalhos são apresentadas na Figura 2.1.

Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos

A informação relativa a este procedimento foi disponibilizada em formato digital no *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo sido rececionados no decurso do período de participação pública, quatro contributos de âmbito geral.

Na generalidade, os contributos recebidos versaram sobre situações concretas a acautelar nas fases posteriores do processo de planeamento, designadamente nas versões provisória e final do PGRH, não tendo existido na prática contributos específicos para o calendário e programa de trabalhos.

A baixa participação verificada nesta 1.ª Fase de consulta pública justifica-se sobretudo pelo facto de as temáticas tratadas nesta fase serem basicamente de índole organizativa, relativas à preparação dos trabalhos a realizar nas fases subsequentes do 3.º ciclo de planeamento.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no *site* da APA.

2.2. Questões Significativas da Gestão da Água

O procedimento de participação pública das QSiGA, promovido pela APA nos termos preconizado pela DQA (artigo 14.º) e pela Lei da Água (artigo 85.º), decorreu entre 22 de dezembro de 2019 e 15 de setembro de 2020, tendo o período inicialmente previsto de 6 meses sido alargado face ao Estado de Emergência que esteve em vigor entre 18 de março e 2 de maio de 2020, devido à pandemia provocada pela COVID-19.

A divulgação do processo de participação pública das QSiGA foi efetuada através do *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo ainda disponibilizado um inquérito online que integrou as questões sobre a documentação técnica apresentada.

Para esta RH foram realizadas as sessões *on-line* indicadas no Quadro 2.1

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA

Tipo de sessão	Data
Regional	09.julho.2020
Setorial nacional	15.setembro.2020

A sessão setorial nacional integrou uma sessão plenária geral, seguida de quatro sessões paralelas com os setores "agrícola e pecuária", "urbano e turismo", "indústria, energia, aquicultura e pescas" e "biodiversidade e investigação".

Especificamente para esta RH, foram recebidos durante o período de participação pública dezoito contributos escritos, provenientes maioritariamente da administração central e local. Existiu uma concordância generalizada com as QSiGA identificadas, tendo sido apontadas recomendações e orientações técnicas para integrar o PGRH do Sado e do Mira, as quais estão asseguradas no âmbito dos trabalhos de revisão do PGRH;

A avaliação global (todas as RH) do procedimento de participação pública das QSiGA do 3.º ciclo dos PGRH foi muito positiva tendo-se verificado, relativamente ao procedimento homólogo do 2.º ciclo, um aumento de cerca de 60% no que se refere ao número de participações. Foram recebidos contributos de 67 entidades/particulares, nove dos quais direcionados para todas as regiões.

Apesar de todas as restrições impostas pela pandemia provocada pela COVID-19 e das adaptações que foram forçosamente implementadas, a participação foi bastante ativa quer de forma direta durante as sessões públicas *online*, quer através do envio de contributos essenciais para a melhoria do processo de planeamento, demostrando o interesse e a consciencialização crescentes dos setores, do poder local e da sociedade civil, sobre as temáticas da água.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no *site* da APA.

3. VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE

3.1. Metodologia

O procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH foi estruturado de acordo com o esquema apresentado na Figura 3.1.

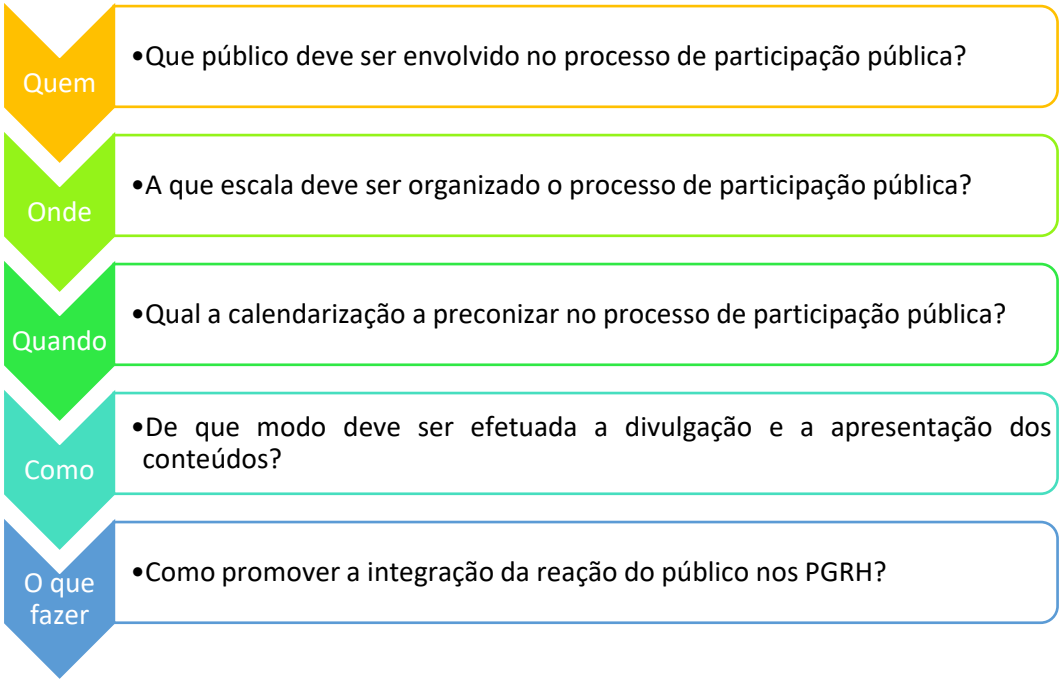


Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública.

Para cada um destes aspetos, a avaliação foi efetuada:

- Comparando o preconizado na DQA/LA com o que foi efetuado;
- Recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos que resultam da análise da informação recolhida nos inquéritos efetuados;
- Com base nos contributos e sugestões efetuadas pelos interessados.

Assim, e de modo a sistematizar a informação para cada um destes itens foi elaborada uma Ficha Síntese, com a estrutura indicada no Quadro 3.1 e que se apresenta nos itens seguintes.

Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos.

O QUE FOI FEITO: Neste ponto foram descritas as tarefas empreendidas para o desenvolvimento do processo de participação pública da versão provisória do PGRH.
INDICADORES: Foram desenvolvidos indicadores (p.e. n.º de inscritos nas sessões públicas) que permitem quantificar o desempenho deste processo e avaliar os resultados obtidos no âmbito dos mecanismos de participação implementados.

De modo a facilitar a leitura, e tornar a avaliação mais apelativa, essa informação foi, sempre que possível, apresentada sob a forma de gráficos e figuras.	
RESULTADOS: Foram analisados todos os contributos remetidos pelas seguintes vias: • *Email*; • PARTICIPA; • Sessões de participação pública.	**AVALIAÇÃO:** Com base na análise de todos os contributos recebidos, foi realizada uma avaliação quanto à sua incorporação na versão final do PGRH.

3.2. Divulgação e disponibilização de informação

O QUE FOI FEITO:

A. DIVULGAÇÃO

A divulgação do processo de participação pública da versão provisória do PGRH foi efetuada através do *site* da APA (www.apambiente.pt) e no Portal PARTICIPA (http://participa.pt) conforme ilustrado na Figura 3.2 e na Figura 3.3.

Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH

Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH

Foi ainda efetuada divulgação via e-mail e em casos particulares, nomeadamente no que se e refere à divulgação da sessão setorial, foi enviado um convite, também via e-mail, para as entidades selecionadas.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação de suporte, constituída pelos seguintes documentos (Figura 3.4), foi disponibilizada no *site* da APA e no Portal PARTICIPA:

- Parte 1 - Enquadramento e Aspetos gerais
- Parte 2 - Caracterização e Diagnóstico
- Parte 3 - Análise Económica das Utilizações da Água
- Parte 4 - Cenários Prospetivos
- Parte 5 - Objetivos
- Parte 6 - Programas de Medidas

- Parte 7 - Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação
- Fichas de Massa de Água: Subterrânea e Superficial
- Documentos autónomos transversais às Regiões Hidrográficas do Continente:
    - Critérios para a Monitorização das Massas de Água
    - Critérios para a Classificação das Massas de Água
    - Critérios de Identificação e Designação de Massas de Água Fortemente Modificadas e Artificiais
    - Inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias, substâncias perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos
    - Guia do Regime dos Caudais Ecológicos de Infraestruturas Hidráulicas (Anexo I e Anexo II)
- Resumo não Técnico

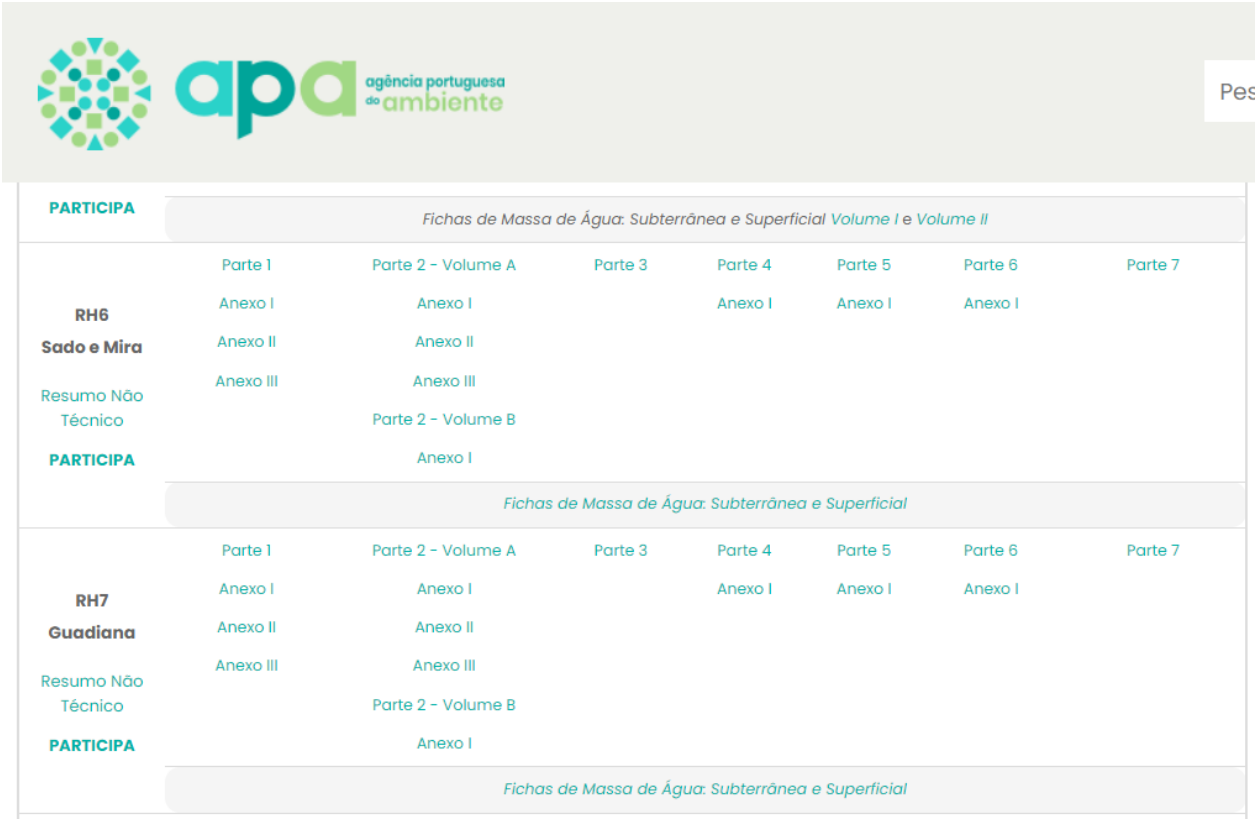


Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no *site* da APA e no Portal Participa

Para o envio de contributos foi privilegiado o PARTICIPA e o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt.

INDICADORES:

A. DIVULGAÇÃO

Para avaliar o desempenho na divulgação do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH consideram-se os seguintes indicadores:

1. Número de entidades contactadas;
2. Número de inscritos nos eventos realizados;
3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes;
4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados.

1. Número de entidades contactadas

Foram convidadas a participar na sessão setorial de âmbito nacional, cerca de 170 instituições, cuja caracterização se efetua no ponto 3.3.2.

2. Número de inscritos nos eventos promovidos

Inscreveram-se na sessão regional 85 interessados e participaram 66, dos quais 19 presencialmente no auditório e 47 *online*, cuja caracterização se efetua no ponto 3.4.

3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes

Através da aplicação do inquérito de satisfação efetuado após cada sessão de participação pública, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.2. relativamente à Questão n.º 1: "Existiu uma adequada divulgação da sessão?".

Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	4,63
Setorial	3,74
Média global	**4,18**

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Discordo e 5 – Concordo.

No âmbito da informação facultada através da ficha de inscrição da sessão dinamizada no dia 5 de julho de 2022, foi possível obter os resultados apresentados no Quadro 3.3.

Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional

E-mail Institucional (%)	Participação em outro evento (%)	Recomendação colega/amigo (%)	Site Institucional (%)	Comunicação social ou redes socias /outro (%)
100	0	0	0	0

4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados

Foram recebidos pela APA contributos de 24 entidades/cidadãos, cuja avaliação é detalhadamente apresentada no ponto 3.6. e respetivos anexos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

Para avaliar a informação técnica disponibilizada no procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH, considerou-se o seguinte indicador, que consta da ficha de avaliação das sessões disponibilizada para o efeito.

1. Informação disponibilizada adequada

Nas fichas de avaliação disponibilizadas a todos os participantes, a Questão n.º 3 -" A informação disponibilizada foi adequada" obteve os resultados apresentados no Quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	5,00
Setorial	3,62
Média global	**4,31**

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Discordo e 5 – Concordo.

RESULTADOS:

A. DIVULGAÇÃO

Inscreveram-se na sessão regional promovida, 85 interessados e foram convidadas para a sessão setorial cerca 170 instituições.

Foram recebidos contributos de 24 entidades/cidadãos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

A Questão n.º 3 -" A informação disponibilizada foi adequada" integrada nas fichas de avaliação das sessões, teve um resultado médio de 4,31.

AVALIAÇÃO:

Da análise efetuada aos elementos apresentados pode concluir-se que:

- O processo de divulgação das sessões foi globalmente muito positivo, atendendo ao número de participantes envolvidos nas sessões e aos contributos recebidos.
- Segundo a avaliação efetuada pelos inquiridos, pode considerar-se que, em termos gerais, a informação disponibilizada foi adequada.

3.3. Sessões de esclarecimento e consulta realizadas

3.3.1. Sessão regional

O QUE FOI FEITO:

A APA, através do seu departamento de Administração de Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo), em estreita articulação com o Departamento de Recursos Hídricos (DRH), promoveu no dia 5 de julho de 2022, em formato híbrido, presencial e *online*, a sessão conjunta de participação pública do PGRH do Sado e Mira e do PGRH do Guadiana.

As inscrições foram efetuadas através da disponibilização de um formulário *online* no email de convite, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I.

As apresentações efetuadas durante a sessão estão disponíveis no *site* da APA, sendo que o programa está ilustrado na Figura 3.5. e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentado no Anexo V.

Figura 3.5 – Programa da sessão pública da versão provisória do PGRH do Sado e Mira

No final da sessão foi remetido por mail a todos os participantes um link com um formulário Google, para avaliação da satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

INDICADORES:

Para avaliar a sessão regional realizada consideraram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de satisfação realizado aos participantes:

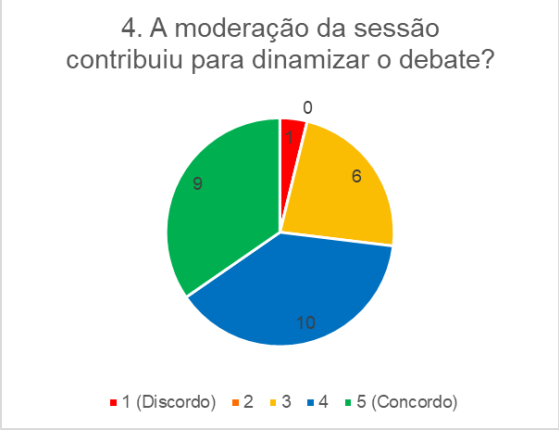
1. O grau de esclarecimento da sessão
2. A moderação da sessão e seu contributo para dinamizar o debate
3. A forma de participação presencial ou por videoconferência
4. A disposição para participar em outras iniciativas com estas caraterísticas

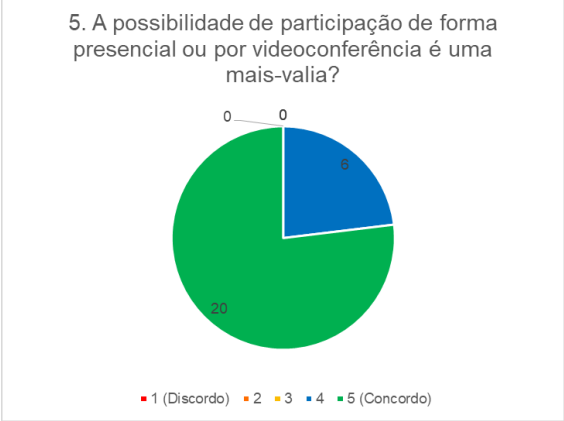
O Quadro 3.5. apresenta os resultados obtidos para a sessão.

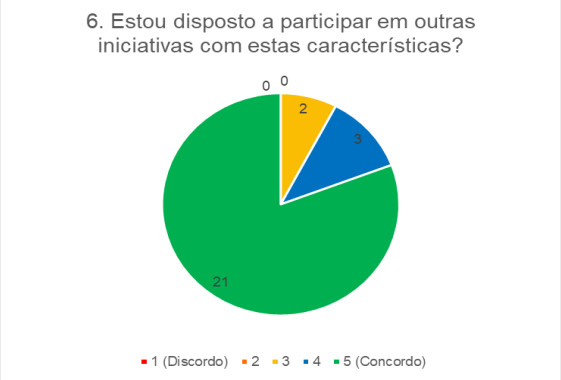
Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional

A sessão foi esclarecedora	A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate	A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia	Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características
5,00	4,81	5,00	5,00

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Discordo e 5 – Concordo.







RESULTADOS:

O inquérito efetuado aos participantes quanto à avaliação geral da sessão obteve resultados muito positivos.

Numa numa escala de 1-5, sendo 1 – Discordo e 5 – Concordo, todas as questões às sessões regionais obtiveram valores médios superiores a 4.

AVALIAÇÃO:

O balanço global da sessão regional é muito positivo. Os participantes consideraram que as sessões foram adequadas e úteis e estão interessados em participar em outras fases de consulta pública dos PGRH.

A modalidade de sessões em formato híbrido, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma boa alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

3.3.2. Sessão com os setores

O QUE FOI FEITO:

A intervenção ativa das partes interessadas no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com especial relevo para os principais setores utilizadores dos recursos hídricos, é fundamental para o sucesso de todo o processo de planeamento.

Neste sentido, a APA realizou no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial *online* constituída por uma sessão plenária geral, seguida de três debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo) e finalizando com debates regionais paralelos por ARH.

Para esta sessão foram remetidos convites (Figura 3.6) por *e-mail* para cerca de 170 entidades, tendo as inscrições sido efetuadas através da disponibilização de um formulário *online*, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I. Inscreveram-se 129 entidades (Anexo III).

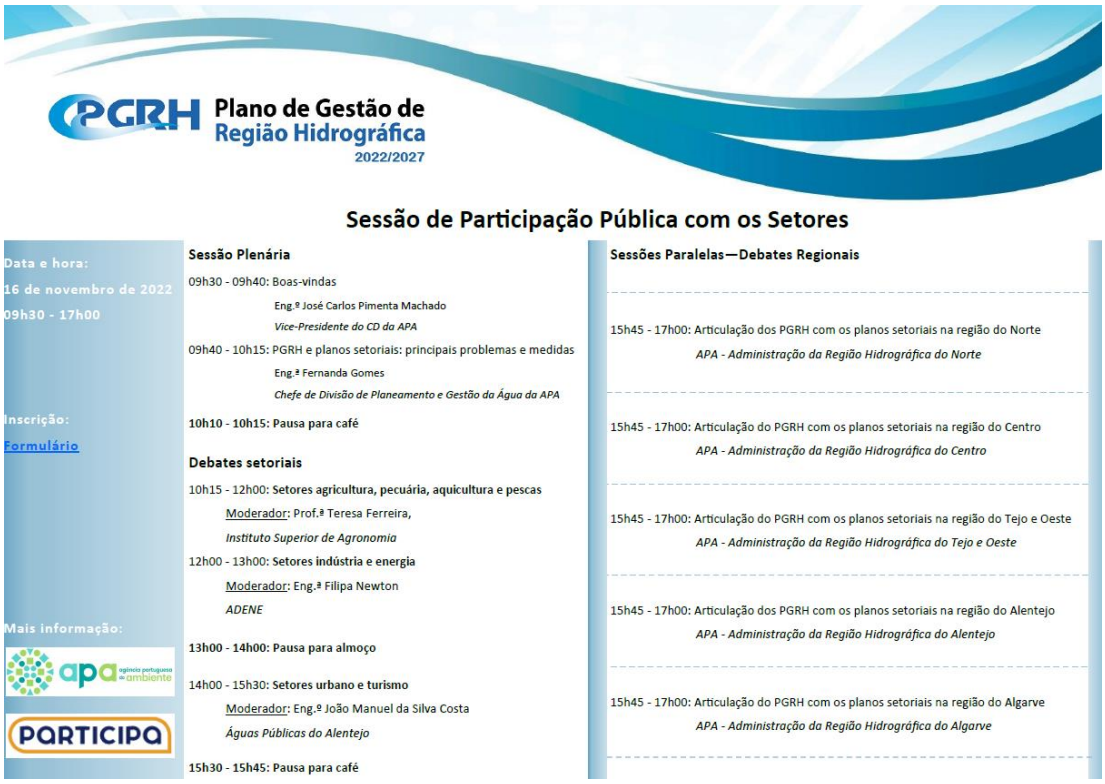


Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores

No final da sessão foi disponibilizado um formulário *online* sobre satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

As apresentações efetuadas durante esta sessão setorial, estão disponíveis no *site* da APA.

A lista de entidades inscritas é apresentada no Anexo III e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentados no Anexo V.

INDICADORES:

Para avaliar a sessão com os setores, consideraram-se os indicadores que integram o formulário de avaliação da sessão, diferenciados para cada momento:

- Primeira parte da sessão referente à sessão plenária e aos debates setoriais;
- Segunda parte constituída pelas sessões paralelas a nível regional.

A - Sessão plenária e debates setoriais

- As sessões foram esclarecedoras;
- A moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate;
- A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia;
- Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características;

A Figura 3.7 apresenta os resultados obtidos para a sessão plenária e debates setoriais.

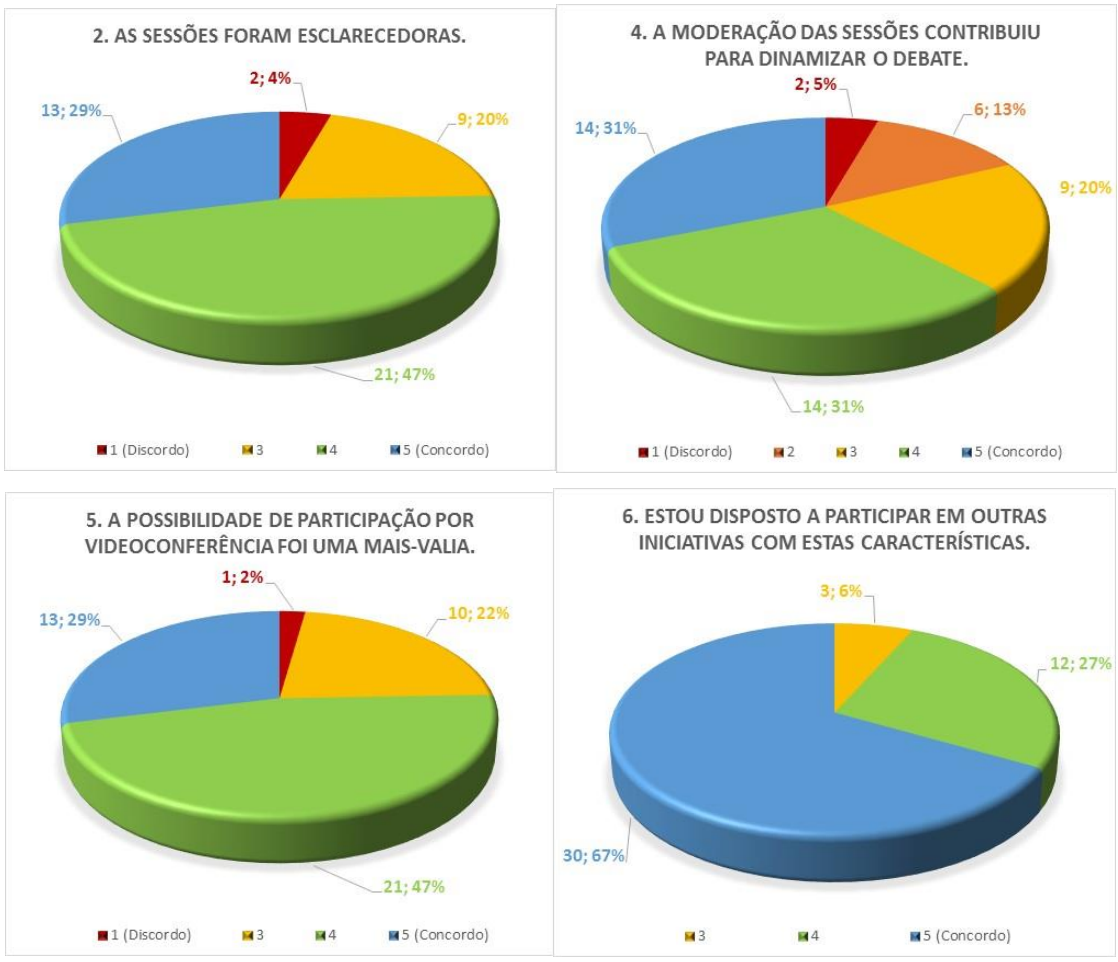


Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais

B – Debates regionais

- A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas;
- A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam;
- A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional;

A Figura 3.8 apresenta os resultados obtidos para os debates regionais (todas as RH).

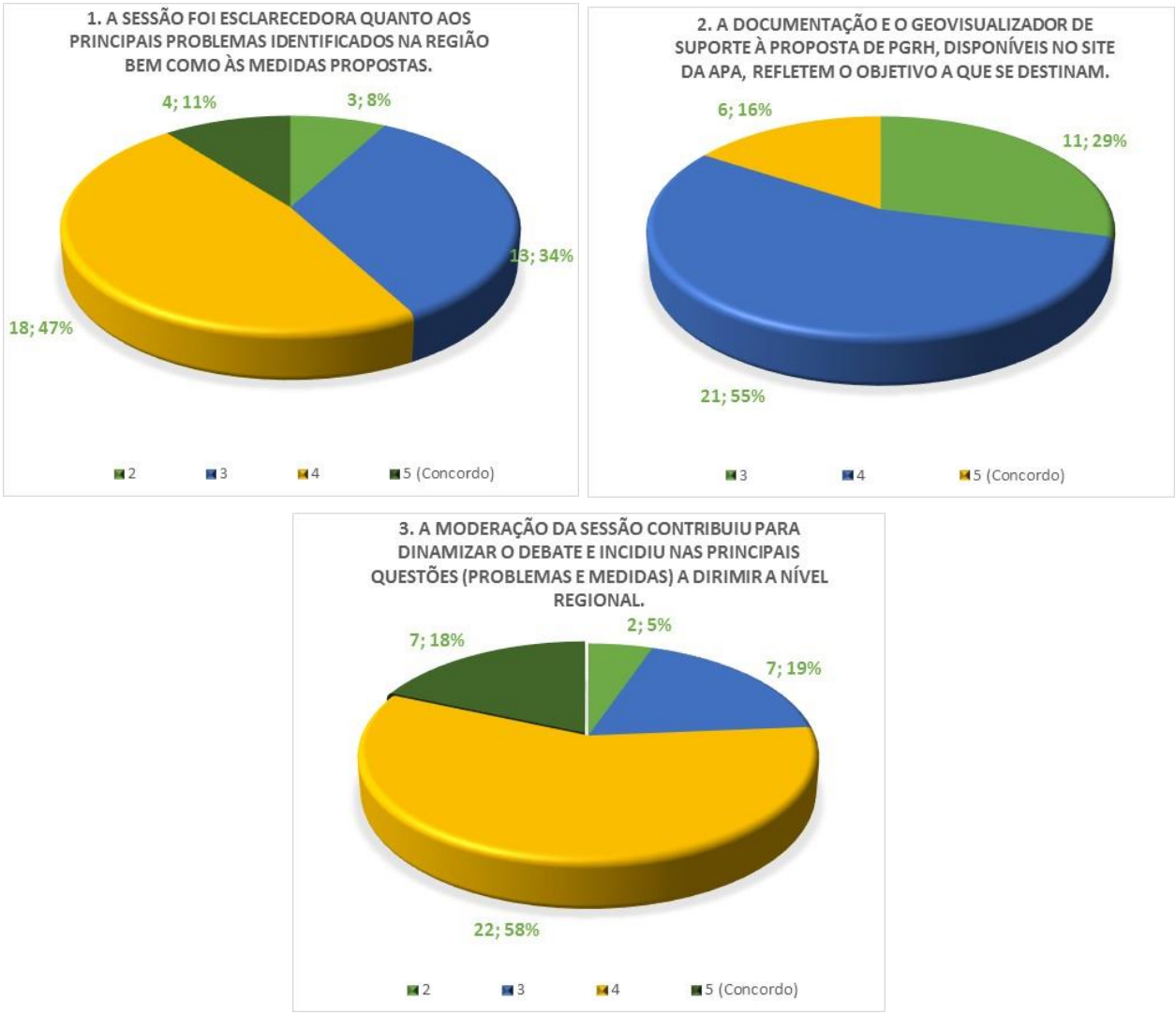


Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais

RESULTADOS:	**AVALIAÇÃO:**
No que se refere à primeira parte do evento, respeitante à sessão plenária e debates setoriais, as respostas ao formulário disponibilizado aos participantes indica que a maioria dos participantes considera que a sessão foi esclarecedora e que a moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate sendo que estas questões obtiveram valores médios superiores a 3,5 numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo. As questões "*a possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia*" e "*estou disposto a participar em outras iniciativas com estas*	O balanço global sobre a sessão com os setores é bastante positivo, a sessão foi considerada esclarecedora, a moderação adequada e a informação disponibilizada reflete o objetivo a que se destina. A modalidade de sessões *online*, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma excelente alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

características" obtiveram valores superiores a 4 em cerca de 69% e de 94%, respetivamente. No que se refere aos debates regionais, cerca de 71% dos participantes classificou com a pontuação acima de 4 a questão: "*A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam*". As questões sobre "a sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas" e "a moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional", obtiveram a classificação de 4 valores para 47% e 58% dos participantes, respetivamente.	

3.4. Envolvimento do público

O QUE FOI FEITO:

O grande objetivo da APA foi promover a participação do maior número possível de interessados no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com particular enfoque na Administração central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não-governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.

Mais especificamente, foram "convidados" a ter um papel mais ativo neste processo:

- Organismos da administração pública com competências no setor da água;
- Organizações não-governamentais de ambiente (ONGA);
- Associações e organizações dos setores utilizadores da água;
- Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água.

A lista de participantes na sessão regional realizada é apresentada no Anexo II.

INDICADORES:

Para avaliar o público envolvido na sessão regional, consideraram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de inscrição utilizada para o efeito:

1. Forma de participação;
2. Natureza da entidade representada.

1. Forma de participação

Através do preenchimento do campo "Participa nesta sessão: A título individual ou em representação de uma entidade /organização" e "Qual o modo de participar na sessão: Presencial/videoconferência", incluídas na ficha de inscrição da sessão, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.6.

Quadro 3.6 – Forma de participação na sessão regional

Presencial (%) /Online (%)	A título individual (%)	Em representação de uma entidade /organização (%)
25% / 75%	0 %	100%

2. Natureza da entidade representada

O Quadro 3.7 sistematiza os resultados obtidos, através do tratamento dos dados da ficha de inscrição, no que diz respeito à natureza das entidades representadas.

Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada

Administração central/regional (%)	Administração local (%)	Associações profissionais (%)	Empresas (%)	Instituições de ensino/ investigação (%)	ONGA (%)	Outras (%)
18%	40%	13%	19%	8%	2%	0%

RESULTADOS:

Verifica-se que a grande maioria dos inscritos (40%) na sessão regional são provenientes da administração local, designadamente, Municípios da região, tais como, Câmara Municipal de Odemira, Ferreira do Alentejo, Grândola, entre outros Municípios.

AVALIAÇÃO:

O balanço global relativamente à sessão setorial é bastante positivo, a sessão foi considerada esclarecedora, a moderação adequada e a informação disponibilizada reflete o objetivo a que se destina.

A modalidade de sessões *online*, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma excelente alternativa que permitiu que 75% os interessados se inscrevessem online.

3.5. Contributos recebidos e análise

O QUE FOI FEITO:

Os contributos do público nos processos de participação pública são a chave para compreender se as metodologias adotadas foram corretas, se a informação disponibilizada transmitiu eficazmente o que se pretendia e se os interessados se revêm na mensagem transmitida. O envolvimento dos interessados é o ponto de partida para o sucesso do processo de planeamento da DQA.

Neste sentido, foi disponibilizado para o envio de contributos o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt e o *site* do PARTICIPA

INDICADORES:

A. CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES DURANTE AS SESSÕES PÚBLICAS

No decurso das sessões públicas realizadas foi concedido um período de apresentação de questões, dúvidas e sugestões por parte dos participantes. As notas referentes aos assuntos debatidos em cada sessão, incluindo as respostas e os esclarecimentos prestados, são apresentados no Anexo V.

B. E-MAIL E PORTAL PARTICIPA

Foram recebidos no e-mail institucional disponibilizado para o efeito e no portal PARTICIPA, os contributos apresentados no Quadro 3.8. A análise formal da sua integração na versão final do PGRH bem como as respetivas justificações encontram-se detalhados no Anexo VI.

Alguns pareceres elencavam contributos no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), os quais não foram considerados no PGRH, tendo sido analisados em sede de PGRI.

Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por e-mail e no portal participa

Identificação do participante	Tipo
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	Administração central/regional
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	Empresas
Associação Dunas Livres	ONGA
Associação Dunas Livres (Hélder Matos)	ONGA
Associação Dunas Livres (Maria Teresa Santos)	ONGA
Associação Dunas Livres (Nelson Gonçalves)	ONGA
Associação Dunas Livres (Rosa Xavier)	ONGA
Câmara Municipal de Palmela	Administração local
CAP	Associações profissionais
DGADR	Administração central/regional
DGRM	Administração central/regional
Diana Fernandes	A título individual
EDIA	Empresas
EDP Labelec	Empresa
ERSAR	Administração central/regional
FENAREG	Associações profissionais
Filipe Barrenho	A título individual
Grupo MiraVolta, Município de Odemira e Juntas de Freguesia de Sabóia e Santa Clara-a-Velha	ONGA
Helena Ramos Ribeiro (Grupo Miravolta)	A título individual
MiraVolta - Estudo e intervenção em espaço rural, ONGD	ONGA
Rui Macedo	A título individual
Simone Catarine Xavier Maciel	A título individual
Turismo de Portugal, IP	Administração central/regional
ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável	ONGA

Refira-se ainda que no processo de Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito da consulta pública do Relatório Ambiental, foram recebidos contributos que visavam também o PGRH. As respetivas respostas foram tratadas no âmbito do referido processo, sendo que as sugestões com enquadramento no PGRH foram devidamente integradas nos documentos.

RESULTADOS:	AVALIAÇÃO:
	A avaliação global do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH é positiva, embora relativamente ao

Foram recebidos via e-mail/PARTICIPA contributos de 24 entidades/particulares.	procedimento homólogo do 2.º ciclo (42 entidades/particulares), se tenha verificado um decréscimos quanto o número de participações. A maioria dos contributos são provenientes de ONGA, mas também da administração central/regional e de particulares a título individual.

4. BALANÇO GERAL

A identificação dos pontos fracos e fortes deste processo de participação pública assim como das ameaças e das oportunidades existentes constitui uma mais-valia importante para os futuros procedimentos de participação pública a promover pela APA.

Neste contexto o Quadro 4.1 apresenta a análise SWOT desenvolvida neste âmbito.

Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública

Pontos fracos	Ameaças
Pouca experiência da Administração Pública na promoção de Processos de Participação Pública dos PGRH	Falta de recursos humanos, financeiros e logísticos, vocacionados e direcionados para a implementação do processo de Participação Pública
Processo de mobilização da população para a participação pública é pouco atrativo	Abordagem de questões macro e demasiado técnica afasta participantes que pretendem expor/resolver questões particulares ou muito específicas
Processo muito direcionado ao setor público (Administração Central, Regional e Local)	Linguagem muito técnica
Pontos fortes	**Oportunidades**
Divulgação de informação nos vários canais/plataformas existentes, em particular no PARTICIPA, assegura a transmissão e disseminação do conhecimento	Aumentar o conhecimento partilhado dos problemas ambientais e do papel dos vários agentes na gestão da água
Envolvimento ativo de entidades e cidadãos nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de ações	Promover processos de tomada de decisão mais sustentados, diminuindo os conflitos por desconhecimento ou falta de informação e procurar consensos
Partilha de responsabilidades entre setores/ Administração	Promover a liberdade de expressão, a democracia participativa e a responsabilização das entidades e cidadãos
Capacidade tecnológica para os novos desafios provocados pela pandemia	Desenvolver novas formas de participação pública, nomeadamente, sessões públicas *online*

Numa análise global, pode concluir-se que este procedimento de participação pública foi bastante positivo, o interesse, em particular dos setores, do poder local e da sociedade civil em geral, tem sido crescente ao longo dos vários ciclos de planeamento.

Existe no entanto, ainda, um longo caminho a percorrer que assenta em três pontos essenciais:

- Necessidade de recursos humanos especializados em participação pública dentro da administração a trabalhar em exclusividade nestas matérias;
- Necessidade de recursos financeiros alocados especificamente à temática da participação pública uma vez que os montantes necessários não são menosprezáveis;
- Necessidade de meios de divulgação e de comunicação mais eficazes junto da sociedade civil.

ANEXOS

ANEXO I - Ficha de inscrição na(s) sessão(ões) de participação pública

Ficha de inscrição *online* para participação na sessão regional

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027

Versão provisória do PGRH

Sessão da região hidrográfica RH6 – 05.07.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.
O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais.

1. **Nome** _____
2. **E-mail** _____
3. **Entidade** _____
4. **Tipologia de Participação**
   - Presencial ☐
   - Online ☐
5. **Concelho de residência**: _____

☐ Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação pública da 3º fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica

Ficha de inscrição para participação na sessão *online* com os setores

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027

Versão provisória do PGRH - Sessão com os setores

16.Nov.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.
O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais.

1. **Nome** _____
2. **E-mail** _____
3. **Concelho de residência**: _____
4. **Participa nesta sessão:**

   A título individual ☐

   Em representação de uma entidade /organização ☐

   Nome da organização/entidade _____
5. **Qual a sessão regional a que pretende assistir?**

   PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte ☐

   PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro ☐

   PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiras do Oeste ☐

   PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo ☐

   PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve ☐

☐ Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação pública da 3º fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica

ANEXO II - Presenças na sessão pública regional

Participantes Presenciais/Entidade
1-Paula Sarmento/EDIA
2-Ana Ilhéu/EDIA
3-Fátima São Pedro/EDIA
4-José Baganha/EDIA
5- Manuela Ruivo/EDIA
6-Carla Cavaco/EMAS
7-Simone Pio/AgdA
8- João Maurício/AgdA
9-Diogo Almeida/Bloco de Esquerda
10-António Parreira/AB Roxo
11-Bruno Harvanas/Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
12-José Guerra/Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
13-Helena Ramos Ribeiro/Associação Mira Volta
14- Hugo Nereu/ULSBA
15- Sara Duarte/ULSBA
16-Isabel Cansado/ULSBA
17-Rui Silva/CIMBAL
18-Marilia Marques/APA
19-Sónia Mendes/APA

ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores

ENTIDADES INSCRITAS
ADENE
AdP Valor
ADVID
AdVT
AEP
AEPSA
Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos, EM
AGROTEJO
Águas da Figueira, S.A.
AdP - Águas de Portugal, S.A
Águas do Algarve, S.A.
Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A.
Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.
Águas do Centro Litoral, S.A.
Águas do Ribatejo
Águas e Energia do Porto, EM
Águas Públicas do Alentejo, S.A.
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANEPC - CDOS Beja
ANEPC - CDOS de Braga
ANEPC - CDOS de Vila Real
ANEPC - CDOS Porto
ANEPC - CDOS SANTARÉM
ANEPC - CREPC Algarve
ANEPC - CREPC Norte
ANP|WWF Portugal
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela
APESB - Associação Portuguesa De Engenharia Sanitária E Ambiental
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.
APL, SA – Administração do Porto de Lisboa
APPITAD - Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro
APS, S.A. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve
APSS, SA . - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
AQUALOGUS, Engenharia e Ambiente, Lda.
ARBVLIS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis
Arneiros de Almeirim
Associação Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira

ENTIDADES INSCRITAS
Associação Beneficiários do Roxo
Associação de Agricultores do Ribatejo
Associação de Beneficiários Baixo Mondego
Associação de Beneficiários da Cela
Associação de Beneficiários de Loures
Associação de Beneficiários do Lucefecit
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho da Guarda
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho o Sabugal
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga
Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor
Associação dos Agricultores do Ribatejo
Associação dos Beneficiários da Cova da Beira
Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve - ABPRSA
Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena (APAS)
Associação Turismo do Algarve
AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela
Bovisul
Câmara Municipal da Golegã
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Marco de Canaveses
Câmara Municipal de Matosinhos
Câmara Municipal do Porto - SMPC
CAMPOTEC - Comercialização e Consultadoria em Hortofrutícolas, SA
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CAP CIR TM
CCDR Algarve
CCDR LVT
CCDR Norte
Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)
CGA Terra Viva
CGEAEDCOA
CGEAV
Comunidade Intermunicipal do Cávado
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
Câmara Municipal de Mora
Comando Territorial de Faro da GNR
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso

ENTIDADES INSCRITAS
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Comunidade Intermunicipal do Oeste
Confederação do Turismo de Portugal
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - DRAPAlg
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRAPC
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
EDP Gestão da Produção de Energia, SA
EPAL, SA
ERSAR
Esposende Ambiente, EM
FAGAR, E.M.
Federação Portuguesa de Golfe
FENAREG
Fluviário de Mora
FRUTOESTE, CRL
GEOTA
GNR/SEPNA
GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
IAPMEI
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
INOVA-EM
ISEG U. Lisboa
LNEG, IP
LPN – Liga para a Proteção da Natureza
Município de Amarante/Serv. Mun. P. Civil
Município de Paços de Ferreira
PantherCapacity Consultoria Unipessoal, Lda.
Primohorta, Lda
Proteger Grândola- Associação de Proteção do Ambiente
proTEJO - Movimento pelo Tejo
Provape CRL
Região de Turismo do Algarve
Revista Ecossocialismo
S2AquaCoLab
Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia
Serviço Municipal de Proteção Civil do Porto
SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas
SMAS Almada

ENTIDADES INSCRITAS
SMPC - Município de Vila Nova de Gaia
Título individual
Universidade de Aveiro
Universidade de Coimbra
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Universidade do Algarve
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO IV - Fichas de avaliação da(a) sessão(ões) de participação pública

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH DO SADO E MIRA (RH6)

FICHA DE AVALIAÇÃO

Beja

05. Julho.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.
O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais.

*(Assinale com **X** o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)*

	(discordo) 1	2	3	4	*(concordo)* 5
1. Existiu uma adequada divulgação da sessão					
2. A sessão foi esclarecedora					
3. A informação disponibilizada foi adequada					
4. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate					
5. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia					
6. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características					

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

FICHA DE AVALIAÇÃO

16.novembro.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.
O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais.

1- A que sessão(ões) assistiu?

Sessão plenária ☐

Sessão plenária + debates setoriais ☐

Sessão plenária + debates setoriais + sessão regional ☐

Debates setoriais ☐

Sessão regional ☐

(Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo) 1	2	3	4	*(concordo)* 5
1. Existiu uma adequada divulgação da sessão					
2. As sessões foram esclarecedoras					
3. A informação disponibilizada foi adequada					
4. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate					
5. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia					
6. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características					

2- Assinalar a sessão regional a que assistiu:

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte ☐

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiras do Oeste ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve ☐

(Assinale com** X **o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo)				*(concordo)*
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas.					
2. A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no *site* da APA, refletem o objetivo a que se destinam.					
3. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional.					
4. A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia.					
5. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características.					

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO V - Notas da sessão pública e da sessão setorial

SESSÃO REGIONAL

Beja, 5 de julho de 2022

No dia 5 (cinco) de julho de 2022, pelas 10h30, no Auditório da EDIA- Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A, em Beja, decorreu a Sessão Pública de Apresentação da versão Provisória dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH) do Sado e Mira (RH6) e do Guadiana (RH7), em regime misto de apresentação, presencial e no zoom, estando presentes 19 participantes no auditório e 47 participantes online no zoom, perfazendo um total de 66 participantes na sessão.

A sessão é apresentada por André Matoso, Diretor Regional da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, que agradece o interesse de quem está a assistir e informa que a APA tem em participação pública as versões provisórias dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, de Norte a Sul do país, acessíveis através do site Participa, devendo ser consultada a documentação completa para análise com mais detalhe, podendo cada um fazer as suas sugestões, críticas construtivas, questões, até 30 outubro de 2022, pelo que vai fazer uma apresentação única relativa às duas Regiões Hidrográficas, Sado e Mira (RH6) e Guadiana (RH7) e aproveita para agradecer à equipa de recursos hídricos da APA, uma vez que os planos foram feitos sem recurso a consultadoria externa, bem como à EDIA que cedeu as instalações.

André Matoso efetua a apresentação dos PGRH, designadamente, pela Parte 1 Enquadramento e Aspetos gerais, Parte 2 Caraterização e Diagnóstico, parte 3 Análise Económica das Utilizações da Água, Parte 4 Cenários Prospetivos, Parte 5 Objetivos, Parte 6 Programa de Medidas, Parte 7 sistema de promoção.

Seguiu-se um período de debate, com intervenções de 8 dos participantes na sessão. André Matoso efetua pelas 13h30 o encerramento da sessão, referindo que resta agradecer muito a quem esteve online e também presente no auditório da EDIA, agradecendo uma vez mais a ajuda prestada pela EDIA, com as excelentes condições facultadas e os meios técnicos disponibilizados para esta sessão, através de Nuno Palma, bem como à Fernanda Gomes e restante equipa do DRH e ainda à equipa da ARH Alentejo, o muito obrigado pelo apoio na organização da sessão.

SESSÃO SETORIAL

Porto, 16 de novembro de 2022

Realizou-se no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial *online* constituída por:

- Sessão plenária geral,
- Debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo)
- Debates regionais paralelos por ARH.

Os principais aspetos discutidos durante os períodos de debate são elencados seguidamente.

1. Debates setoriais

Setores agricultura, pecuária, agricultura e pescas

Paula Sarmento (EDIA) – criaram-se zonas de infiltração ao longo das linhas de água com barreiras ativas no terreno (galerias ripícolas). Uma MA com muitos nutrientes prejudica muito as redes de rega e implica custos muitos significativos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – parece que muitas destas ações são feitas a nível de voluntariado e de iniciativa desgarrada de entidades. Não devia ser feita de forma mais concertada e institucional?

José Salema (Presidente da EDIA) – a compostagem dos resíduos orgânicos (projeto URSA) na perspetiva da qualidade da água, para substituir a adubação química. A adubação orgânica é muito mais eficaz na transferência dos nutrientes para as plantas, apesar de providenciar cargas de NPK inferiores às dos adubos químicos. Já têm experiência de agricultores de olivais que mostram a eficácia desta adubação orgânica (diminuindo ou eliminando a adubação química). Acha que no futuro este projeto devia ser obrigatório. Portugal devia aumentar a produção agrícola, para aumentar o grau de aprovisionamento e independência. Tem de haver regadio no clima português (produz 5 a 6 vezes mais que o sequeiro), mas usando modelos com uma minimização da pegada ecológica.

André Lopes – (Oeste CIM) – já estão em curso projetos com apoio comunitário de compostagem, apesar da compostagem ser tão velha quanto a agricultura. Há técnicas agrícolas que promovem serviços de ecossistemas que não são remunerados. Esta remuneração podia ser uma via de incrementar estas boas práticas, incorporando as externalidades nos serviços.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – presume-se que está a fazer-se a circularidade, mas fica aquém das necessidades. As MA que atravessam os territórios agrícolas, que são as artérias e veias do sistema. Os serviços dependem da boa qualidade da galeria, que está em domínio público hídrico. Não parece haver, do ponto de vista de prática, gestão e legislação, incentivo ao agricultor para tomar conta da MA que está na sua propriedade e que tem custos anuais significativos. Os corredores fluviais são importantíssimos para a estrutura ecológica e são tamponizantes. Devia haver mais ligação entre o setor da água e a agricultura ao nível destes aspetos?

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – na região do Tejo as ribeiras não são limpas porque os proprietários não têm capacidade económica para o fazer e o Estado devia substituir-se a eles. Há falta de resposta da APA para fazer a limpeza das ribeiras, embora não saiba se os pedidos dos agricultores são feitos de forma correta. E no inverno, essa falta de limpeza promove inundações com perdas de vidas humanas. As infestantes são cada vez mais, as ribeiras estão atulhadas e facilmente galgam e destroem os terrenos. Fala-se muito dos

incêndios e menos na limpeza das ribeiras. Muitas vezes as limpezas são mal feitas e limpa-se tudo, removendo a vegetação ripícola. O Movimento ProTejo reconhece que aumentar o regadio é uma medida contraproducente. Enviou um documento técnico ao Ministério do Ambiente e que até hoje não obteve resposta. Teme que os técnicos estejam fazer um imenso trabalho de levantamento de medidas e que depois não são implementadas por razões políticas e espera que esta sessão promova a sua implementação.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – a limpeza das ribeiras é muito consumidora em termos de dinheiro e é reconhecido na Europa que os setores públicos e privados têm de unir esforços porque individualmente não o conseguem.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – sempre que solicitado ou quando verificado pela fiscalização, é feita a limpeza de ribeiras. A APA tem feito imensos protocolos com municípios para renaturalização de linhas de água. Há, inclusive, um protocolo com a C.M. de Abrantes.

Inês Matos (AdRibatejo) – porque razão este foi o ano em que mais milho se cultivou no Ribatejo, sendo das mais consumidoras de água e com rega por aspersão, várias vezes por dia (4x), com temperaturas elevadas (40º às 15h), com elevada evaporação? Custa acreditar que não haja um tipo de rega mais adequada.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – uma componente é a procura ditada pelo mercado. Compete ao país, à administração, regular, para não haver desequilíbrios entre a oferta e a procura.

João Azevedo (CAP) – faz sentido não acumular a água que se perde para o mar? Não podemos criar açudes nas ribeiras para reforçar a recarga dos aquíferos?

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – Isso não é uma visão egoísta do ponto de vista das pescas. Esta é uma ideia do passado, completamente ultrapassada. Não é uma visão integrada. Quem está no mar não tem essa opinião, e as espécies que estão nos estuários e pretendem subir as MA?

Sílvia Pedro (MARE, Universidade de Évora) – o não chegar da água ao mar tem impacte direto na pesca das espécies migradoras, como a lampreia. Se não houver escorrências de água doce para o mar deixa de haver pistas para estas espécies diádromas subirem. Temos de apostar na conetividade longitudinal nos rios e ribeiras paras as espécies migradoras fazerem o seu ciclo de vida. Não desvalorizar a água para agricultura, mas não esquecer as espécies piscícolas e o setor da pesca.

Alexandra Brito (CAP) – a ideia da CAP não é que a água não chegue ao mar, mas até lá há diversas atividades que necessitam da água antes de chegar ao mar. A preocupação é tentar armazenar do inverno para o verão, dos anos mais húmidos para os mais secos. Não se pode deixar a desertificação acontecer. Este ano ocorreu falta de cereais, pelo que importa apostar na soberania nacional a este nível.

André Lopes (Oeste CIM) – é preciso uma visão mais holística, a água, quando chega à foz, ao mar, ela transporta nutrientes e sedimentos também muito importantes para fomentar a proliferação de espécies e evitar erosão costeira, respetivamente.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – devíamos basear-nos mais nas castanhas (hidratos de carbono nacionais) e menos nos cereais importados. Atenção que as aquaculturas beneficiam do transporte dos nutrientes, mas esses mesmos nutrientes diminuem a qualidade das MA à luz da DQA.

Lorenzo Quaglietta (ISA) – todos os Estados-Membro da UE pretendem restaurar a continuidade fluvial (25 000 km, que pode vir a subir para 50 000 km). A construção de açudes e barragens não vai ao encontro deste desígnio, pois altera a movimentação de peixes e a sedimentação na costa. Temos de ponderar reduzir/acabar a agricultara intensiva onde não há água porque o clima não o permite.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há barreias interessantes, que podem, em pegos, manter espécies no verão. Assim, não se deve ser taxativo em dizer não às barreiras. As barreias obsoletas é que

deviam ser destruídas (os Espanhóis já o fizeram a 6000) e só em Almançor há 28 que deviam ser destruídas. Não se tem feito muita coisa nas hidromorfológicas. É preciso avaliar a barreia (objetivo, dimensão, contexto hidromorfológico).

Ana Silva – porque é que a biodiversidade é importante? Não é salvar espécies em particular, mas sim salvaguardar as condições que favorecem o bom funcionamento dos ciclos ecológicos e que a vida na Terra floresça e não haja um permanente constrangimento à sobrevivência das espécies, inclusive a humana. A agricultura devia apostar em mais castanhas, mais leguminosas, menos vinho, menos tomate, menos azeite. A importância dos microrganismos na vitalidade dos solos é absolutamente fundamental, até para a sua capacidade de reter água. Tem de haver maior empenho em aumentar os níveis de investigação e fazer chegar o conhecimento aos agricultores, a par do apoio financeiro, porque a transição agrícola e energética são urgentes e estão integradas. A florestação é fundamental para a retenção da água nos solos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola tem um novo discurso e uma nova forma de estar (50% na diminuição de pesticidas). O problema é implementar.

Pedro Coelho (ARH Algarve) – a manutenção da rede hidrográfica devia ficar com outra responsabilidade. Qual o papel das associações de regantes a este nível? Não deviam intervir também na gestão da procura? Não deviam flexibilizar as culturas que estão instaladas, promovendo uma adequação das espécies do perímetro à dotação prevista na concessão? Estão preparados para estes desafios?

Rosa Amador (Associação da Viticultura Douriense - ADVID) – a agricultura quer que haja equilíbrio para tomar decisões com fundamento no conhecimento. As áreas de vitivinicultura estão no interior, nas áreas mais desertificadas, pois sem população há mais incêndios, mas também menos biodiversidade. A vinha não era regada até há bem pouco tempo. Regam a quantidade necessária e suficiente em função da qualidade do vinho, por gota a gota, com dotações inferiores à evapotranspiração potencial. Tentar gerir o stress hídrico na primavera e no verão. O vinho dá 1000 milhões de euros de exportações. Estão a desenvolver projetos para usar ApR. Tem-se investido muito na quantidade de água, mas também na qualidade (manutenção de sebes e de galerias ripícolas, retenção de terras). Quando mais transferência de conhecimento melhor, sendo importante deixar de nos guiarmos por preconceitos.

Paula Sarmento (EDIA) – a rede de drenagem dos aproveitamos hidroagrícolas sofreram uma grande evolução. Quando foi implementado o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos o investimento era na reabilitação das linhas de água que atravessavam a área de influência do aproveitamento hidroagrícolas. Era importante que o Fundo Ambiental continuasse a definir como prioridade estas intervenções.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muitos sítios onde está a ser feito recuperação das linhas de água, mas de forma pontual e é preciso adquirir escala, mais continuada e mais consistente no tempo, senão a dimensão dos trabalhos acaba por ser um grande esforço, mas que fica aquém.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – devia haver estratégias regionais de reabilitação fluvial. Assentar só no protocolo com municípios não é suficiente, o Fundo Ambiental não tem verba para tudo. Não tem sido possível fazer essa ligação aos aproveitamentos hidroagrícolas. Espanha tem uma estratégia nacional e é assim que tem de funcionar.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – em alguns rios isto pode ser feito pelo restauro passivo, diminuindo as pressões.

Ana Silva (ProTejo) – as alterações climáticas são mais a consequência do que a causa dos problemas. A APA fez um bom trabalho nas medidas propostas para o plano.

Judite Fernandes – problema sério de recarga de aquíferos, que pressupõe infiltração ao longo do tempo. Os solos estão pobres em matéria orgânica, pelo que a recarga também vai diminuir por esta via e não só

pela seca. A recuperação do solo é fundamental. Como é que devemos conter a água para recarregar aquíferos, para não se ter de reforçar as captações subterrâneas abaixo do nível freático. Apostar no ordenamento hídrico:

- na campina de Faro, existe a Vitacress com plano de água para a cultura de agriões;

- nos PDM, que estão a ser revistos, ainda há barbaridades, como a tentativa da diminuição das áreas estratégicas de recarga de aquíferas, como as alagoas brancas em Lagoa para fazer um *Retail Park*.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o problema da recarga de aquíferos e de controlo da erosão é que são muito pontuais, quando deveriam ser feitas de forma generalizada e continuada.

Manuel Moreira (Direção SEPNA) – parabéns à APA pelos PGRH. Houve 2 decisões administrativas da APA que deram 2 míseras admoestações. As captações ilegais são graves e assim perde-se a capacidade de dissuasão dos infratores. A sanção devia ser mais adequada, pois frusta o trabalho dos fiscalizadores.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – até que ponto podemos usar os ecorregimes, como as associações de regantes, para ajudar a reabilitar as linhas de água? Que outros mecanismos?

Alexandra Brito (CAP) – os ecorregimes têm pouca adesão, pois havia limitações porque a área mínima de intervenção não era compatível com agricultores individuais, mas não sabe como está atualmente.

André Lopes (Oeste SIM) – talvez fosse benéfico tentar separar mais o setor pecuário do agrícola, até para se poder melhor como agir e propor boas práticas.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola não precisa de ApR todo o ano. Como aumentar a quantidade de água reutilizada?

António Gomes – tem aproveitamento de 1000 ha no Centro. Gasta ¼ a regar amendoal do que a regar milho. Gastam 2500 m3/ha e só no princípio de agosto é que o olival precisa de água.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muito a fazer, cada setor está a fazer o que pode, não pode fazer sozinho, tem de ter apoio.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – o AH da Cova da Beira tem origem de água na albufeira da Meimoa. Partilhou foto de rega por aspersão com alagamento e durante o dia. Há muito a fazer.

Felisbina Quadrado (APA) – as boas práticas têm de ser divulgadas. As soluções individualizadas devem dar ligar a coletivas, para se olhar mais uma região e aumentar a eficiência.

<u>Setores indústria a energia</u>

Filipa Newton (ADENE) **–** a empresa da indústria têxtil reduziu em 30% o consumo de água em 3 anos e mais e 24% no último ano. Assim, é possível, com monitorização, atingir poupanças extraordinárias. O acesso ao financiamento europeu também vai começar a ser limitado quando as empresas não são eficientes no uso da água. Como preparar as empresas a serem mais resilientes no consumo de água: há um papel da administração pública, mas também da própria indústria.

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – proliferação de zonas indústrias não compatíveis com a ETAR para a qual os efluentes industriais são encaminhados. Ecoparque de Galvão, em que os lixiviados são canalizados para 2 lagoas e sem sistema de retenção de segurança, pois uma delas rompeu e o efluente espalhou-se por zonas agrícolas. Há outra zona industrial com sistema de drenagem que abateu.

Filipa Newton (ADENE) – as empresas têm de investir nos sistemas de segurança e tratamento dos seus efluentes, no âmbito do princípio do poluidor-pagador.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a redundância de segurança é impossível de instalar. É como se devesse haver uma barragem para proteger a destruição de outra. Há regulamentos de descarga, mas tem de haver fiscalização, para proteger a ETAR a jusante. Extrapolar o método Pinch, usada pela indústria para maximizar a eficiência energética, para a eficiência hídrica. A indústria não tem de usar água própria para consumo humano se tal não é necessário. A utilização, ainda que sazonalmente, de ApR, apesar de ainda ter um custo energético mais elevado que o uso de água potável, tem o enorme benefício da gestão racional, promovendo a sustentabilidade e o uso racional.

Filipa Newton (ADENE) – esse aumento de custo energético pode ser feita ao nível do uso de energia renovável, para o qual existe apoios financeiros disponíveis.

Inês Matos (AdRibatejo) – zona rural onde a indústria é sobretudo no setor agroalimentar. Geram o sistema em alta e baixa. Têm regulamento de descarga ao sistema de água residual. Não é a indústria na malha urbana que causa grandes problemas, exceto algumas descargas pontuais de oficinas de automóveis. A responsabilidade do pré-tratamento é da indústria, embora a AdRibatejo possa aconselhar no pré-tratamento. Nada funciona melhor do que tapar o ramal de descarga de uma indústria, que leva ao encerramento temporário da fábrica. Aconselhou a ler a última edição da revista da APDA sobre o nexus água-energia. Quanta água é precisa para produzir 1 kWh com hidrogénio verde? São necessário de 9 L de água/ kg de hidrogénio.

Filipa Newton (ADENE) - é hidrogénio verde porque não é produzido a partir de combustíveis fósseis e também importa não usar águas próprias para a produção de água para consumo humano. As indústrias quando pensaram no uso do hidrogénio não ponderam a fonte de abastecimento de água para o processo.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a AdRibatejo abrangem a alta e a baixa de água e saneamento, razão pela qual consegue controlar. Mas normalmente não acontece assim. Mais de 50% das águas residuais podem ser descarregadas para uma rede de drenagem em que não é feito qualquer controlo.

Simone Pio (AdP) – necessidade de pré-tratamento para reduzir a carga afluente ao sistema de drenagem. Têm uma indústria num parque industrial cuja descarga está tamponada. Deve haver uma melhoria da monitorização. Devem usar-se os agentes locais para uma monitorização mais dinâmica e mais flexível dos recursos. Ficou admirada com o trabalho que ainda é preciso ser feito ao nível da necessidade de melhoria das MA.

Ana Silva (Movimento ProTejo) – necessidade de rever o regulamento das edificações urbanas e industriais. Necessidade de separara águas pluviais, águas cinzentas e águas negras, que podem ser recursos.

Inês Matos (AdRibatejo) - os parâmetros que estão a ser analisados nas MA, responsáveis pelo mau estado, deviam ser publicitados.

Anabela Rebelo (APA) – indicador de circularidade para a APA - Rede IMPEL – Projeto WINE, para ser aplicável da indústria ao produto, nexus água-energia-alimentação-ecossistemas.

Felisbina Quadrado (APA) – há vários parâmetros de monitorização, mas não são novos, como os nutrientes. Estamos aqui todos para usar melhor o nosso dinheiro/esforço para atingir o desafio, quer em quantidade, quer em qualidade.

Setores urbano e turismo

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – A qualidade das MA para o setor é importantíssima porque, não pondo em causa a qualidade da água para consumo humano (ou outros), exige um custo de operação do tratamento significativamente superior. Antigamente não era necessário haver preocupação

com as origens, pois não se reconhecia a escassez. A diminuição dos recursos disponíveis a questão da origem ganha uma dimensão ainda mais premente. As perdas não são apenas penalizantes para os recursos disponíveis, mas sim, também, para a energia. Há muitas perdas em baixa, mas já se está a fazer muito. A EPAL, ao nível das perdas no sistema, é a lebre.

Temos 30 anos de evolução. Qualidade e quantidade de água para abastecimento; recolha e tratamento dos efluentes

Atores/momentos: municípios; adesão à UE, fundos comunitários; Águas de Portugal; APA/ERSAR

Trabalhar para as populações numa lógica de saúde pública. Não pode haver mais interessado na qualidade das MA do que o setor urbano

Essencial a relação com a energia

Nuno Medeiros (EPAL e AdVT) – na AdVT trabalharam a escassez da parte da procura. Importa diferenciar o paradigma da água não faturada. As perdas são uma ineficiência, mas a água faturada também. Há que distinguir as perdas reais dos usos autorizados não faturados (medidos ou não). Têm conseguido alcançar resultados extraordinários nas redes em baixa. Reabilitar as redes é a forma mais cara de diminuir as perdas. O pedido é para arranjar mais oferta, mas não é fácil.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) **-** Confunde-se as perdas reais com a água não faturada e isso é muito prejudicial. Capitações de 300-400 L/hab.dia também são capitações que traduzem perdas muito significativas.

Joana Pinto Coelho (AdP Valor) – agradeceu a articulação com a APA e outros parceiros. PGRH do 2.º ciclo que se prolongam para o 3.º ciclo assumem 80% das medidas. 60% das medidas do 2.º ciclo. Os parâmetros que contribuem para o mau estado das MA, sobretudo os nutrientes. Pretendem promover a circularidade do setor e a simbiose entre os diversos setores da água. Gostava de ver o nexus água-energia refletido no PGRH do 3.º ciclo. Estão a trabalhar na ApR e necessitam de mais regulação. Têm alguns projetos, incluindo de utilização de ApR na agricultura, sempre numa perspetiva colaborativa de partilha de conhecimento e recursos. A 28 e 29 de nov. decorrerão as Jornadas da Engenharia, onde vão ser trabalhados muitos temas que são desafios do setor, incluindo a dessalinização: jornadasadp.pt.

Inês Matos (AdRibatejo) – é premente a revisão e atualização do regulamento de distribuição de água que é de 1993.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – tem pena que não tenha surgido nenhuma empresa em baixa sobre as perdas. As casas em zonas elevadas tinham cisternas para utilizar água para fins menos nobres e é preciso recuperar estas práticas. As empresas em alta já o fazem, mas tardam essas situações nas casas. A ApR acaba por ser uma nova origem.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – terminámos o ciclo de promover as infraestruturas, aumentar os índices de atendimento e temos de entrar no ciclo de reabilitação dos sistemas, que muitos já têm mais de 30 anos. O grau de sistema unitário ainda é muito elevado, pois são sistemas separativos na prática, mas unitários em muitos casos, designadamente em alta, onde se dá a concentração das afluências indevidas. Há sistemas que em situação de pluviosidade nem sequer têm capacidade de transporte e com matérias da época, como uma erosão, desgaste ainda maior, levando à necessidade da substituição quase integral das condutas. As afluências indevidas têm dupla consequência: nas ETAR e nas condutas. Outra consequência das afluências indevidas é o consumo energético a que as ETAR são sujeitas. Por vezes, o afluente à ETAR, devido às afluências indevidas são idênticas às da licença de descarga. Com gastos energéticos enormes e improdutivos, devido aos tempos de retenção mínimos nos diferentes órgãos de tratamento. As licenças de captação de água não são facultadas às EG da baixa. Essas indústrias não pagam o saneamento na captação,

porque é independente, mas descarregam na rede e não pagam por isso. Está a fazer trabalhos de cadastro. Também não se dispõe do licenciamento industrial. Isto dificulta à EG da baixa o controle das afluências indevidas. A capitação para o dimensionamento das ETAR foram demasiado.

Felisbina Quadrado (APA) – a APA não se importa de disponibilizar os dados de licenças, com a devida proteção dos dados.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – a articulação entre a alta e a baixa é essencial.

Patrícia Malta Dias (ADENE) – gera a iniciativa AQUA+ da ADENE para os edifícios. E já há projetos a nível europeu.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) **–** a gestão das áreas urbanas, em pequenas comunidades, devia ser alargada para as zonas verdes.

Ana Silva – WC secos e necessidade de atribuição de certificados de eficiência hídrica para discriminação positiva ao nível das tarifas de IMI, por exemplo.

André Matoso (APA – ARH Alentejo)– aumento de empreendimentos turísticos no litoral alentejano no concelho de Grândola, que podiam ter sistemas de reutilização interna.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – concorda com a metodologia dos certificados hídricos, mas existindo o sistema dual predial, havendo quem pode fazer a certificação a esse nível, parece-lhe que para os condomínios fechados, condomínios de grande dimensão e empreendimentos turísticos de raiz, estes sistemas duais podiam ser implementados sem onerar significativamente o custo total. Devia haver um regulamento que este sistema dual fosse obrigatoriamente implementado, quer por regulamentos municipais ou nacionais.

Que entidades estão habilitadas a fazer a análise de risco para licenciamento da ApR?

Anabela Rebelo (APA) – o guia da avaliação de risco foi publicado 1 mês depois do diploma, para além de existir uma norma ISO para esse efeito. Não se pensou na acreditação de entidades para a avaliação de risco, porque basta uma equipa de doutores e engenheiros para o fazer. A Isso não refere certificação.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – conhece o guia e as regras, mas isso a não satisfaz. A APA publicou um referencial, mas como sabemos se foi bem ou mal usado, como podemos ficar tranquilos?

Anabela Rebelo (APA) – existe um regulamento também para a reutilização para a agricultara, a Comissão não prevê a acreditação de entidades para esse efeito.

Inês Matos (AdRibatejo) – uma avaliação de risco é um exercício difícil e cada caso é um caso. Parte muito da sensibilidade das pessoas envolvidas. Não é uma simples fórmula de engenharia.

Pedro Coelho (APA – ARH Algarve) – mais 2 golfes a regar com ApR em Castro Marim. Estão a promover utilizações de ApR para usos urbanos não potáveis.

Marisa Viriato – a utilização de ApR é uma necessidade incontornável no Algarve.

2. Debate regional

A sessão teve uma duração de cerca de 1 hora e 35 minutos, tendo sido iniciada com as boas vindas e o enquadramento dos objetivos desta sessão, por parte de André Matoso, Diretor da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, explicando o modelo adotado pela APA para a realização destas sessões setoriais.

Efetuou uma breve apresentação dos resultados do processo de planeamento desenvolvido pela APA para as Regiões Hidrográficas do Sado e Mira (RH6) e do Guadiana (RH7), com vista à aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica do 3º Ciclo, seguinte esta sequência:

- Caraterização e Diagnóstico do Estado das Massas de Água

- Disponibilidades Hídricas superficiais e subterrâneas

- Tipologia de Pressões nas Massas de Água pontuais e difusas, qualitativas e quantitativas

- Programas de Medidas identificadas para a resolução das pressões significativas consideradas

Depois desta apresentação, deu início ao período de debate, com uma duração aproximada de 1 hora, propondo como apoio ao debate, que fossem debatidos os principais problemas que a APA considera existirem nestas 2 regiões hidrográficas, sugerindo o comentário a algumas propostas avançadas, para mitigação ou resolução dos mesmos.

	Principais problemas da Região Hidrográfica	***Potenciais soluções***
RH6	• Agravamento da situação de escassez hídrica (Alto Sado e Mira) • Impactos no Estado das Massas de Água provocados pela poluição difusa • Falta de regulação institucional da atividade agrícola • Risco de contaminação por "*mexilhão zebra*"	• Aposta na eficiência das utilizações de água, na ApR e na captação de "volume morto" (na albufeira de Santa Clara) • Avaliação da potencial criação de origens associadas a dessalinização (áreas a N e S de Sines) • Redução da aplicação de fertilizantes e sensibilização para *Boas Práticas* • Definir e implementar uma *Estratégia Regional de Restauro Fluvial* (atuações para conservar e recuperar o bom estado dos rios, minimizar os riscos de inundação, fomentar o uso racional dos espaços fluviais e contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural) • Definir e implementar programa de monitorização e controlo de "*mexilhão zebra*"
RH7	• Agravamento da situação de escassez hídrica (Baixo Alentejo) • Impactos no Estado das Massas de Água provocados pela poluição difusa • Falta de regulação institucional da atividade agrícola • Risco de infestação de "jacinto-de-água" no Guadiana	• Aposta na eficiência das utilizações de água e na ApR • Aceleração da ligação do EFMA à albufeira de Monte da Rocha • Redução da aplicação de fertilizantes e sensibilização para Boas Práticas • Definir e implementar uma Estratégia Regional de Restauro Fluvial • Acompanhar o sistema de alerta de controlo de "jacinto-de-água" no rio Guadiana

Miguel Guiomar (ONG "Proteger Grândola"), destacou o deficiente Estado das Massas de Água e comentou a aparente falta de ajuste entre as necessidades (procura) e as disponibilidades hídricas, que tendem a agravar-se com as alterações climáticas. Deverá diligenciar-se, nomeadamente a APA, para que se garanta essa "neutralidade" (não utilizar mais água do que a que está disponível) e foi referido pela APA que as regras para evitar a sobre-exploração de águas subterrâneas, irá ser vertida numa portaria que vai substituir a Portaria nº 1015/2005, atualmente em vigor.

Paula Sarmento (EDIA), referiu a preocupação com o funcionamento da captação superficial no Pomarão, operada por uma entidade espanhola, que afeta o regime de caudal ecológico a que Portugal está obrigado, situação que poderá ser agravada com uma hipotética futura captação nesta zona do Guadiana, para reforço do abastecimento à região do Algarve.

Maria Santos (ONG "Dunas Livres"), manifestou preocupação pelo estado das massas de água subterrânea, nomeadamente o Estado Quantitativo. Foi explicado pela APA que a informação referente à zona de Grândola do Aquífero Tejo-Sado, é apresentada no PGRH da RH do Tejo (RH5).

Ana Rita Ferreira (AdP Valor), manifestou dúvidas acerca da sustentabilidade e viabilidade de serem adotadas soluções de ApR nestas 2 regiões hidrográficas, as quais devem ser assumidas como modestos contributos para a satisfação de necessidades hídricas.

Simone Maciel (individual), referiu a rede de monitorização de recursos hídricos, existente nestas 2 regiões hidrográficas, que considera apresentar muitas falhas, comparativamente com outras regiões. Foi elucidada acerca da evolução positiva que as redes de monitorização têm registado, desde 2009, existindo atualmente, por exemplo, cerca de 800 estações de qualidade da água.

Alexandra Brito (CAP), discordou de ser considerado como um dos principais problemas, a "*falta de regulação institucional da atividade agrícola*", atividade que considera ser das mais regulamentadas e regulamentadas e lamenta que as potenciais soluções indicadas não sejam mais pró-ativas, limitando-se a ser muito reativas.

José Salema (EDIA), referiu a necessidade de se investir mais no reforço das rede de monitorização meteorológica e hidrométrica, estando a EDIA disponível para colaborar institucionalmente com a APA neste domínio. Referiu ainda a importância de ser estudada a possibilidade de se identificarem locais onde se possam criar represamentos, em afluentes da margem direita do Guadiana, nomeadamente na ribeira de Carreiras, em área não sujeita a condicionantes ambientais, destinados exclusivamente a contribuir para a gestão do caudal ecológico do EFMA.

ANEXO VI - Fichas de Contributos

ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo

PLANOS DE GESTÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO SADO E MIRA (RH6) E DO (RH7)

PLANOS DE GESTÃO DE RISCOS DE INUNDAÇÃO DA RH6 E DA RH7

O Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo (CRH Alentejo) acompanhou o processo de elaboração dos **Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira** (RH6) e do **Guadiana** (RH7), bem como dos **Planos de Gestão de Riscos de Inundação da RH6 e da RH7**, abrangente de todas as fases de desenvolvimento dos trabalhos.

O desenvolvimento destes Planos foi apresentado e discutido em diversas reuniões e sessões públicas, designadamente nas seguintes:

1. 17 de abril de 2019 (Iª reunião extraordinária conjunta dos CRH, Torres Novas), onde foram abordados os seguintes assuntos: Apresentação da 1.ª fase do 3.º ciclo dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas - **PGRH**: Calendário e Programa de Trabalhos; Análise nacional dos resultados da avaliação intercalar da implementação das medidas do 2.º ciclo dos PGRH; Estratégia para elaboração da 2.ª fase do 3.º ciclo dos PGRH: Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) e Relatório de Caraterização das Regiões Hidrográficas (Art.º 5.º da DQA);
2. 28 de novembro de 2019 (9ª reunião do CRH do Alentejo, Évora), focando em particular as Questões Significativas para a Gestão da Água (QSiGA): Relatório, metodologia e identificação das QSiGA para o 3º Ciclo dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica;
3. 09 de julho de 2020 (via telemática), sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) da RH6;
4. 09 de julho de 2020 (via telemática), sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) da RH7;
5. 10 de setembro de 2020 (sessão conjunta Espanha-Portugal, via telemática), onde foram abordados os ETI e as QSiGA referentes à bacia partilhada do Guadiana;
6. 15 de setembro de 2020 (via telemática), sessão para apresentação das principais QSiGA, com os setores agrícola e pecuária; urbano e turismo; indústria, energia, aquicultura e pescas; biodiversidade e investigação;
7. 18 de novembro de 2020 (via telemática), sessão de participação pública no âmbito da elaboração dos Planos de Gestão de Riscos de Inundação – **PGRI**, relativa à Cartografia de Zonas Inundáveis e de Risco de Inundações;

8. 28 de junho de 2022 (IIª reunião extraordinária conjunta dos CRH, via telemática), reunião inteiramente dedicada aos PGRH, tendo sido detalhadamente apresentada a metodologia utilizada na elaboração do 3.º ciclo dos PGRH e os principais resultados para a Região Hidrográfica do Sado e Mira, e do Guadiana, tendo sido anunciado o processo de participação pública;
9. 5 de julho de 2022 (auditório da EDIA, Beja e via telemática), sessão de apresentação dos PGRH do Sado e Mira (RH6) e do Guadiana (RH7) no âmbito do processo de Consulta Pública do 3º Ciclo de Planeamento de Recursos Hídricos;
10. 12 de julho de 2022 (IIIª reunião extraordinária conjunta dos CRH, via telemática), reunião inteiramente dedicada aos PGRI, tendo sido detalhadamente apresentado: Enquadramento e aspetos gerais; balanço do 1º ciclo de planeamento; ARPSI identificadas no 2º ciclo de planeamento; cartografia e elementos expostos; vulnerabilidade social e ambiental e Programas de Medidas;
11. 10 de outubro de 2022 (Câmara Municipal de Albufeira) Sessão Pública do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica 7 (Guadiana);
12. 17 de outubro de 2022 (Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal) Sessão Pública do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica 6 (Sado e Mira);
13. 16 de novembro de 2022 (via telemática), sessões temáticas de âmbito nacional com foco na apresentação e discussão dos Programas de Medidas dos PGRH, envolvendo os setores da agricultura, pecuária, aquicultura, pescas, indústria, energia, urbano e turismo;
14. 6 de dezembro de 2022 (auditório da CAP, Lisboa e via telemática), sessão temática para o setor agrícola: Principais problemas e medidas dos PGRH e respetiva articulação com os planos setoriais nas Regiões Hidrográficas.

Nas reuniões mencionadas, os membros do CRH do Alentejo tiveram oportunidade de se pronunciar sobre o avanço dos trabalhos, tendo efetuado comentários e sugestões construtivas que foram sendo progressivamente incorporadas nos documentos.

O CRH manifestou igualmente o seu apreço pela forma como foram conduzidos os referidos processos de planeamento dos PGRH e dos PGRI, sobretudo considerando as restrições que condicionaram o normal funcionamento das instituições, decorrentes da situação pandémica vivida.

Em conclusão, o Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo emite **parecer favorável** à aprovação dos documentos que constituem os **Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira (RH6) e do Guadiana (RH7)**, e os **Planos de Gestão de Riscos de Inundação da RH6 e da RH7**, considerando que cumprem os requisitos estabelecidos na Lei da Água e no Despacho n.º 11955/2018, 2.ª série, de 12 de dezembro, no que se refere aos PGRH e aos requisitos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, que transpõe para o direito interno a Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações.

Évora, 13 de fevereiro de 2023.